

O PROJETO DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL - MICROBACIA II - ACESSO AO MERCADO: CONVENCER OS ASSENTADOS DO “NOSSA TERRA”, BATATAIS/SP, EM SE TRANSFORMAREM EM EMPREENDEDORES RURAIS

1.Sofia de Castro Gouvêa Gomes Leal*;

Oriowaldo Queda**

RESUMO

A Associação Batataense de Produtores da Agricultura Familiar (ABAF), sediada no Assentamento Nossa Terra, no município de Batatais/SP, foi a selecionada para desenvolver um documento (Plano de Negócios), para justificar a instalação, de uma agroindústria para produtos minimamente processados da produção dos seus associados. Inaugurada em 08.12.2016, a mesma encontra-se inoperante desde sua inauguração. O objetivo deste trabalho foi o de avaliar uma experiência com a suposição da presença de uma associação, como a já existente no Assentamento Nossa Terra, como condição necessária para justificar o desenvolvimento do projeto. Este Plano de Negócio, do mesmo modo, se mostrou também insuficiente, por ter sido realizado sem uma avaliação crítica e participativa da realidade local, quando se revelou incapaz de compreender e reconhecer um sistema de comercialização da produção dos assentados exercido por um assentado. Tratou-se de um estudo de caso com o levantamento de documentos oficiais e não oficiais, artigos de revistas acadêmicas e de divulgação, jornais, livros, teses e dissertações a respeito do PDSR Microbacias II- acesso ao mercado, com destaque para o documento Plano de Negócio. Foram realizadas entrevistas semiestruturadas com associados da ABAFA e profissionais técnicos e agentes representantes das instituições envolvidas, Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP), Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI)/Coordenadoria de Desenvolvimento Rural Sustentável (CDRS).

PALAVRAS CHAVE: Acesso ao mercado, Microbacias II, Associação Rural, Empreendedor Rural

* 1. Universidade de Araraquara - UNIARA, Mestranda Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente, Araraquara/SP ** Professor (Orientador) Universidade de Araraquara - UNIARA, Araraquara/SP

INTRODUÇÃO

No município de Batatais, no Estado de São Paulo, no ano de 2004 houve a formação do Assentamento NOSSA TERRA, instituído e coordenado pelo Escritório da Fundação do Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP) “José Gomes da Silva”. (SATURI, 2012). Para tanto foi demarcada uma porção de área da fazenda Santa Inês, onde antigamente encontrava-se instalada a Fundação do Bem-Estar do Menor (FEBEM).

O Programa de Desenvolvimento Rural Sustentado – Microbacias II (PDRS) foi apresentado aos produtores rurais assentados por meio da atuação da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI), por serem os únicos produtores do município a ter uma organização social já constituída, há pelo menos um ano. O Plano de Negócios, apresentado à Cati pela ABAFA, foi aprovado no ano de 2012, implantado entre os anos de 2015 e 2016 e inaugurado em dezembro de 2016.

O critério para a participação no programa Microbacias II era a de que os produtores rurais integrassem uma associação ou cooperativa, instituídas há pelo menos um ano. A organização social, interessada em desenvolver algum projeto, deveria elaborar um Plano de Negócio, a fim de comprovar a viabilidade do empreendimento pretendido.

Esse plano de negócios contemplava a instalação, em um prédio devidamente reformado e adaptado, com equipamentos de pós colheita, para o processamento mínimo de hortaliças, provenientes da produção dos seus associados.

Porém, o projeto após ter cumprido à risca todas as suas etapas previamente planejadas, ainda não se encontra em operação até esta data. Os compromissos financeiros no valor de R\$ 253.014,06 e divididos em 6 parcelas de R\$ 42.169,00 assumidos pelos associados participantes da proposta, as quais, também não foram salgadas.

O entendimento destes participantes/beneficiários em relação ao projeto a ser conduzido é de fundamental importância, visto que os investimentos envolvidos na proposta são significativos.

O PROJETO DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL MICROBACIAS II- ACESSO AO MERCADO

O “Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável – Microbacias II – acesso ao mercado”, instituído pelo Decreto 56.449 de 29 de novembro de 2010, teve como objetivo aprimorar ou incrementar a competitividade da agricultura familiar no Estado de São Paulo, através da promoção da agregação de valor à produção agrícola. (SÃO PAULO, 2010)

O desenvolvimento rural do Estado proposto pelo programa, visava ampliar a sustentabilidade da atividade rural, assinalando:

“a competitividade da produção da agricultura familiar, como exemplo a limitação da infraestrutura, ou inadequação desta, que reflete deficiências na estocagem, transporte, acesso ao crédito, dificuldade de organização entre produtores, assim como padronização dos produtos” (SÃO PAULO, 2010a, online).

Em decorrência da chamada “modernização conservadora da agricultura a partir da década de 60, houve mudanças na forma de se fazer agricultura no Brasil. Como resultado dessa política de desenvolvimento do setor agrícola é constatado a degradação dos recursos naturais, acelerada pela utilização de práticas agrícolas capazes de colocar a área produtiva em condições cada vez mais inadequadas de conservação. (HESPANHOL, 2005; NEVES NETO, 2013).

Em 2011, com o apoio do Banco Mundial,

[...]é dado início à segunda fase do Programa Microbacias, com a denominação de Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável – Microbacias II- Acesso ao Mercado, apresentando como principal objetivo a competitividade das cadeias produtivas exploradas pela agricultura familiar e suas organizações. (Hespanhol, 2016, p.140).

Analisando as ações do Banco Mundial, Gameiro (2014) coloca que a temática do desenvolvimento rural é uma bandeira que passa a ser adotada pela instituição desde a emergência do assunto e relata divergências entre os atores envolvidos:

A impressão de significados ao Programa de Microbacias não se configurou, contudo, num processo consensual ou homogêneo. Esteve permeada de disputas de poder e de interesses por parte dos atores que participaram deste processo, do nível macro (Banco Mundial e formuladores de políticas públicas) ao micro (agricultores), com forte influência dos agentes de mediação (no caso, os extensionistas rurais). Nessas redes, o conhecimento perito foi frequentemente mobilizado como recurso legítimo de poder, possibilitando que o Banco Mundial fizesse valer suas recomendações técnicas e políticas no desenho institucional do programa, sobretudo por meio de mecanismos de controle do discurso. (GAMEIRO, 2014. p. 2).

O PDRS- Microbacias II, conforme publicação da CATI:

O PDRS- Microbacias II, em execução desde 2011, traz uma nova experiência e um desafio imenso de compartilhar com as associações e cooperativas de produtores rurais, a implantação de negócios competitivos e sustentáveis junto ao mercado. Discutir planos de negócios, auxiliar na identificação de novas oportunidades junto ao mercado, avaliar a viabilidade técnica e a competitividade mercadológica dos empreendimentos comerciais que estão sendo implantados por essas organizações de produtores, enfim, convencê-los a se tornarem empresários. (BRUNELLI JÚNIOR, 2013, p. 12).

Foi considerado como uma proposta de contribuir para que os produtores rurais da agricultura familiar pudessem contar com melhores oportunidades de acesso ao mercado, através da agregação de valor à sua produção. E de acordo com Brunelli Junior (2018), “Transformação. Esta é a palavra que representa o Microbacias II.” (BRUNELLI JÚNIOR et al., 2018, p. 01).

De acordo com o Banco Mundial, seu coordenador Maurizio Guadagni – Gerente de Projetos do Banco Mundial para o Brasil, em entrevista publicada, ressalta a exigência do projeto:

Importante salientar que a exigência do Projeto de solicitar que as associações e cooperativas escrevessem um Plano de Negócios fez com que aprendessem a se planejar e a se empenhar na implantação de seus empreendimentos, levando em consideração as necessidades do grupo e não as individuais. Essa organização, inclusive, contribuiu para que a gestão dos recursos financeiros fosse realizada adequadamente. (GUADAGNI, 2018, p. 04).

Para a participação as organizações sociais foram categorizadas de acordo com sua capacidade gerencial, àquelas que apresentassem um baixo grau de maturidade para atuar junto ao mercado, ou ainda que estivessem em um estágio incipiente de organização e gestão receberiam apoio para que fosse trabalhado este fortalecimento. (SÃO PAULO, 2010a).

Segundo a socióloga de divisão de extensão rural da CATI, Márcia Cristina de Moraes:

O desafio do Microbacias II é enfrentar questões essenciais da agricultura paulista, entre elas: a importância de trabalhar em grupo, o envelhecimento da população rural, o intenso processo de diversificação da produção, os aspectos multifuncionais da agricultura, a produção em escala e com qualidade, o escoamento e a comercialização da produção, a busca por novos nichos de mercado, o atendimento às diversas políticas públicas. (MORAES, 2013, p. 13).

Ainda de acordo com Brunelli Junior et al. (2017),

São consideradas elegíveis as organizações de produtores rurais que apresentarem Manifestação de Interesse que atendam simultaneamente as seguintes condições: estarem formalmente constituídas há mais de 1 ano; estar previsto no estatuto da organização finalidade compatível com a Proposta de Iniciativa de Negócio a ser apresentada; a Proposta de Iniciativa de Negócio deve estar em conformidade com os objetivos do PDRS – Microbacias II; envolverem na Proposta de Negócio, no mínimo, 15 produtores rurais, dos quais mais de 50% devem ser agricultores familiares; apresentarem a documentação legal exigida. (BRUNELLI JUNIOR et al., 2017, p. 07).

A participação de organizações coletivas, como uma exigência, evidenciava tratar-se de um associativismo não espontâneo, entendendo que o produtor rural encontrava-se “interessado apenas nos benefícios de se associar e não de se organizar para atingir objetivos comuns, dificultando o funcionamento das associações, as quais acabam não tendo identidades próprias” (HESPANHOL, 2016, p. 223).

Os associados da ABAFA, instalada no Assentamento Nossa Terra, optaram pela adesão ao projeto, com o objetivo de adquirir uma agroindústria com a utilização de um galpão reformado e adequadamente equipado para a realização do processamento mínimo de vegetais.

Apesar de ser apresentado como uma oportunidade aos produtores rurais, o projeto Microbacias II, após planejado, implantado e inaugurado, também evidenciou algumas limitações, tanto no Assentamento Nossa Terra, como também na associação ABAFA.

Ainda segundo a mesma socióloga da divisão de extensão rural da CATI, Márcia Cristina de Moraes:

A organização rural deve ter maturidade para enxergar nesta política pública um impulso para seus negócios. Não o único, mas com o apoio do Projeto, a possibilidade de inserir-se em novos mercados, buscar novos clientes e traçar estratégias para curto, médio e longo prazos, considerando que o negócio a ser implantado enfrentará os riscos do mercado por fatores macro ou microeconômicos, como qualquer outro. (MORAES, 2013, p. 13).

O ACESSO CONTROVERSO AO MERCADO

A dificuldade de planejamento, composição de apontamentos e organização do fluxo produtivo não integram práticas as quais o pequeno produtor se adapta com facilidade e, o mais importante, saber se estão interessados em adotá-las.

Com isso, Hespanhol (2016) conclui que:

[...] o projeto objetiva direcionar recursos a uma categoria de produtores rurais historicamente marginalizados pelo sistema de crédito nacional, vislumbrando torná-los “pequenos empresários” do campo através da inserção nas cadeias produtivas. Esses sujeitos também se caracterizam por enfrentar dificuldades de continuar residindo no campo, enfrentando problemas relacionados à baixa produtividade, baixo rendimento, além de serem explorados pelos intermediários que se apropriam de boa parte da renda gerada. (HESPANHOL, 2016, p. 226).

Como uma referência aos produtores familiares, caracterizados como beneficiários do projeto, diante da oportunidade da proposta e a aparente inabilidade destes beneficiários em lidar com práticas administrativas, de organização e planejamento. Entre outras dificuldades enfrentadas por esses agricultores, pode ser destacada a figura do

intermediário que assumi a função de facilitar que os produtos agrícolas sejam comercializados, cobrando altas taxas para isso.

Segundo Brunelli, gerente do projeto Microbacias II:

O produtor rural sabe que é preciso valorizar e vender bem seu produto, porém, encontra inúmeras dificuldades para uma postura proativa junto ao mercado. É um novo universo do qual tem pouca ou nenhuma informação: anseios e perfil do consumidor final, agregação de valor, concorrentes, parceiros, marketing, formação de preços, experiência de comercialização, posicionamento de mercado, enfim, temas sobre os quais não tem domínio e a segurança necessária. Invariavelmente fica na dependência de um comprador que encaminha seu produto ao mercado e que pouco valoriza sua matéria-prima. (BRUNELLI, 2013, p. 12).

Nas cidades do interior do estado de São Paulo, como é o caso da cidade de Batatais, as possibilidades do agricultor familiar oferecer seus produtos para a venda, são através de mercados institucionais, feiras livres, venda direta ao consumidor, fornecimento ao comércio local ou ainda abastecendo a unidade do CEASA mais próxima de sua propriedade. A alternativa de utilizar o entreposto como canal de escoamento da produção, coloca o agricultor em algumas situações desfavoráveis quando vincula este produtor, a figura do atravessador, que acaba comprometendo parte do lucro produtivo.

Para os produtores da ABAFA as linhas de acesso ao mercado são exatamente estas citadas acima. Segundo o plano de negócio elaborado, os produtores “ [...] realizam a entrega de sua produção diretamente na mão de atravessadores ou mesmo distribuindo no CEASA, deixando os custos de produção e transporte altíssimos” (SATURI, 2012).

E ainda é evidenciado que por ocasião da elaboração do plano de negócio, a condição de comercialização dos produtores da (ABAF) era o seguinte:

Atualmente, cerca de 60% da produção de olerícolas produzidas pelos associados é destinada para a comercialização no CEASA de Ribeirão preto, 15% é destinado para o Programa de Merenda Escolar da Prefeitura de Batatais (que movimenta R\$ 84.557,30, a cada 6 meses), e os 25% da produção restante se dividem em entregas a supermercados, mercados, varejões, restaurantes e também vendas diretas ao consumidor através da comercialização na própria propriedade, através de serviços de delivery, e/ou através de pontos de vendas em locais de grande circulação, como faculdade, fábricas, entre outros (SATURI, 2012, p. 23).

Para a (ABAF), conforme descrito no Plano de Negócios, o mercado consumidor de produtos minimamente processados seria uma oportunidade de comercialização em supermercados, varejões, sacolões; já que a procura por este tipo de produto ganhava a preferência pelo consumo, por ser associado a conforto e praticidade (SATURI, 2012).

No Plano de Negócios ainda consta:

[...] chamadas públicas onde as exigências são para a entrega de produtos apenas processados, não *in natura*, como é o caso do Hospital Santa Tereza em Ribeirão Preto, sendo que além desse há outros pontos de entrega para a Prefeitura de Ribeirão Preto onde solicitam produtos processados remunerando melhor o produtor, onde a demanda é bem maior que a oferta, mercado potencial para a (ABAFA). (SATURI, 2012, p. 70).

Mas, como aborda Wagner, Gehlen (2015):

Esses resultados apontam para a característica ambígua e contraditória da prerrogativa: de um lado incentiva a profissionalização dos agricultores no sentido de organização das atividades produtivas e o cooperativismo, por outro, em decorrência das exigências burocráticas e de padrão de produção (escala, regularidade e uniformidade), pode ser excludente ao reproduzir a lógica de políticas modernizantes que, historicamente, não foram usufruídas por agricultores pouco capitalizados ou menos organizados. (WAGNER; GEHLEN, 2015, p.09)

Na medida em que várias alternativas são possíveis, a questão maior a ser abordada é, aquela da existência de um ou mais tipos de comercialização já estabelecidos, dos produtos agrícolas produzidos pelos assentados. A implantação de uma agroindústria de processamento para acesso ao mercado não implicava em uma necessidade proeminente, apesar de representar, como consta no Plano de Negócio, uma alternativa positiva e consequente aumento de rendimentos à família produtora. Porém, estes produtores de alguma forma entenderam que não poderiam corresponder às demandas provenientes do estabelecimento de um empreendimento desta monta. Além de conflitar com os interesses de um atravessador local, comprador dos produtos dos assentados.

O Plano de Negócios apresentado pela associação afirmava que a ampliação da área de comercialização atenderia o grande mercado local, com a possibilidade de expansão ao mercado regional, na comercialização com supermercados e varejões, dentre outros visto que os produtos minimamente processados poderiam proporcionar uma melhor aceitação e valorização desses produtos. Assim a implantação da agroindústria se justificaria, pois “Um dos grandes diferenciais é o envolvimento de todos associados para o projeto, mostrando sempre o comprometimento e a vontade da concretização do planejamento e instalação da agroindústria” (SATURI,2012, p. 06).

O estudo realizado, para comprovar a viabilidade do empreendimento da ABAFA, apresentou uma análise econômica, onde o retorno financeiro ocorreria a partir do 17º mês do investimento, após iniciar suas atividades. (SATURI, 2012)

A elaboração e implantação de um plano de negócio não se trata de uma tarefa fácil de ser estabelecida principalmente quando diz respeito a um grupo de produtores rurais familiares com diversas peculiaridades, como as de um assentamento rural.

Para tanto “O Plano de Negócios se mostra também como um importante instrumento para obtenção de consenso, consistência e comprometimento.” (ROSA, 2004, p. 21).

Conforme descrito no PN a associação foi submetida à análise de SWOT ou FOFA, onde são apresentados e destacados como pontos fracos:

- a) Dificuldade na aquisição de recursos em instituições financeiras.
- b) Falta de capital de giro para investimentos na manutenção da indústria.
- c) Baixa remuneração aos fornecedores de matéria prima, produto *in natura*
- d) Custos elevados na industrialização do produto
- e) Vulnerabilidade Financeira
- f) Regime associativista burocrático (SATURI,2012, p.64)

Estes fatores correspondem “às fraquezas encontradas, que poderão contribuir para uma possível falha no planejamento” (SATURI, 2012. p. 63)

A ASSOCIAÇÃO RURAL COMO CRITÉRIO DE PARTICIPAÇÃO

Empreender exige mais do que saber fazer, implica em estar envolvido no projeto, promover a gestão, melhorar continuamente os conhecimentos, através de treinamentos e capacitações. Atitudes relacionadas ao modo de agir, para garantir o sucesso daquilo que se quer conduzir. “Gerenciar a empresa criada é o momento tão esperado de todo o processo, no qual os planos saem do papel e começam a mostrar a sua cara em contraponto com a realidade” (ROSA, 2004, p. 25)

Nas análises das organizações sociais, é possível que sejam estabelecidos alguns fatores comuns ao insucesso das associações de produtores rurais:

“(1) falta de participação dos interessados, decorrente da imposição das formas associativistas por agentes interventores; (2) o exercício de poder pelos líderes; (3) a falta de avaliação das ações, uma vez que os produtores não são ouvidos, pois é dificultada a participação dos associados nas decisões; (4) a falta de ações concretas que busquem contribuir para a solução de tais problemas.”(LAZZAROTTO, 2002, p. 03)

Assim como o insucesso de um empreendimento também pode estar diretamente relacionado a fatores como:

- * Alocação de um líder que tinha interesses diretos no resultado do projeto;
 - * Contaminação de interesses pessoais em detrimento dos da organização;
 - * Acordo de remuneração que estimulavam um diagnóstico específico;
 - * Aprovação do plano em cima de poucas reuniões e sem a participação de outras pessoas que pudessem criticar o negócio;
 - * Confiança demasiada na competência e na imagem de um grupo de pessoas;
 - * Ausência de uma análise de risco profunda e medidas preventivas.
- (ROSA,2004, p. 40)

Condições adversas de obtenção de recurso sempre foram uma constante para a ABAFA, sendo reconhecida como uma fragilidade ao grupo. O que ficou muito caracterizado principalmente a partir da posse do lote, onde cada assentado passou a responder pela área que lhe foi atribuída no assentamento rural. No entanto através da associação constituída, sempre buscaram auxílio e condições favoráveis de participação em ações estabelecidas pelo Estado.

O formato associativo é muito defendido pelas instituições de extensão rural ligadas ao setor, mas nem sempre vista ou aceita como uma alternativa ideal do ponto de vista dos produtores, ou pelo menos em muitos grupos de agricultores, não é considerada a alternativa mais confortável ou promissora. Esse ideal teria maiores oportunidades de ser alcançado se cada comunidade pudesse ser entendida pela perspectiva de suas melhores características e potencialidades. Ou seja, antes do estabelecimento de qualquer projeto ou proposta de trabalho, que fossem analisados os perfis de cada produtor rural envolvido ou que venha a se envolver, a fim de que as iniciativas pudessem apresentar êxito.

Assim,

A análise das contradições que emergem da relação que se estabelece entre as estruturas organizativas/organizacionais e a ação desses sujeitos, considerando a realidade política e econômica, pode ajudar a responder essas questões. A cooperação não depende apenas da criação de estruturas (cooperativas, associações, etc.), do treinamento de habilidades ou da educação dos sujeitos para o exercício da solidariedade. Nos assentamentos rurais, as relações de cooperação são mediadas por um conjunto de condicionantes estruturais que são (ou não) dados, especialmente, a partir da relação estabelecida com o Estado, cuja responsabilidade na reforma agrária não se resume na mediação dos conflitos fundiários e na redistribuição de terras e se estende, sobretudo, na viabilização dos assentamentos ao criar as condições de infra-estrutura sem as quais não se sustenta a organização, por mais autônoma e politicamente preparada para o exercício da cooperação que a comunidade esteja. É ainda mediada pelo próprio sentido atribuído pelos trabalhadores rurais à cooperação e à cooperativa. (SCOPINHO, 2007, p. 08).

Um sociólogo holandês, Benno Galjart, realizou uma pesquisa no Brasil que resultou na publicação de seu livro, “Itaguaí: Old Habits and New Practices in a Brazilian Settlement, Wageningen, Pudoc, 1968”. Época em que a Sociologia Rural americana se dedicava a teorizar sobre a difusão e adoção de práticas agrícolas características da Revolução Verde e que norteariam as ações da Extensão Rural, nos países então chamados de subdesenvolvidos. Benno Galjart discordava dessas abordagens e sugeria novos caminhos.

No que diz respeito à cooperação, o mesmo autor menciona “os valores e atitudes que governam as relações interpessoais nas comunidades rurais. Da qualidade destas relações dependerá o êxito das novas formas de associação necessárias ao desenvolvimento agrícola”. (GALJART, 1976, p. 63). E acrescenta que:

Alguns antropólogos explicam a estrutura, às vezes atomística, das comunidades camponesas usando a teoria do bem limitado (limited good), desenvolvida por Foster, (1960, 1968). Segundo essa teoria, os agricultores percebem a produção total como fixa e por isso não podem conceber que uma pessoa possa obter maiores benefícios a não ser aproveitando-se das demais. Conseqüentemente, vêm-se envolvido em disputas intermináveis pelo controle de bens escassos. Se um dos seus semelhantes sugere cooperação desconfiam logo de que os irá enganar. (GALJART, 1986, p. 63-64).

Ao fazer referência à sua pesquisa realizada no Brasil, no livro citado, o autor

(...) concluí que a falta de cooperação entre agricultores é parte de uma síndrome, cuja característica mais notável era uma busca ativa, por parte dos rurícolas, de benefícios a serem concedidos por pessoas mais poderosas. Eles acreditavam que não poderiam depender de seus próprios esforços. (GALJART, 1986, p. 64).

E sugere também:

A solidariedade entre pares, onde ela existe, nem sempre é uma vantagem. A solidariedade pode conduzir a um esforço para “manter as aparências” (to keep the joneses down) (ERASMUS, 1968). O controle social concomitante pode frear qualquer tentativa individual de mobilidade. (GALJART, 1986, p. 64).

A composição de uma organização social principalmente no meio rural se estabelece já com as intenções e pretensões formadas:

No Brasil, a grande maioria das associações de agricultores tem vida curta e está fadada ao descrédito por parte dos associados, visto que estes se referem aos representantes delegados pela avaliação da competência própria por *correr atrás*, não tanto do atendimento das reivindicações, mas da captação de recursos disponíveis. (NEVES, 2013, p.02)

O pouco interesse e descrédito do produtor rural em relação às organizações sociais se justificam pela dificuldade encontrada na condução das mesmas, em consolidar ações,

promover coesão ou apresentar possibilidades reais do estabelecimento e organização do trabalho coletivo.

Para Ferreira et al. (2009, p. 17):

A resistência às práticas associativistas está interligada a outro aspecto subjetivo atribuído aos produtores familiares: a desconfiança. Em geral, os produtores familiares eram percebidos como pessoas que desconfiam dos benefícios que as práticas associativistas podem proporcionar e interpretam o fracasso de outras tentativas de associativismo como algo que tende a se perpetuar, dificultando a formação de associações ou cooperativas.

O trabalho com os demais, ou seja, compor um trabalho cooperativo, onde muitas pessoas participam, opinam, interagem e decidem, não faz parte da realidade vivenciada pelos produtores rurais familiares:

O conservadorismo das práticas agropecuárias depredatórias e dos valores individualistas e patriarcalistas estão entre os obstáculos considerados mais importantes e, ao mesmo tempo, difíceis de transpor, quando se trata de desenvolver a cooperação nos assentamentos rurais. (SCOPINHO, 2007, p. 08).

Vale lembrar o que afirmou Galjart (1976):

Também em outros países latino-americanos, parece possível explicar a falta de cooperação nas relações sociais entre agricultores em termos de patronagem. A busca de patronagem é bem sabido ser a herança de uma estrutura social feudal ou semifeudal. Mesmo quando a dependência objetiva tenha diminuído ou desaparecido, um sentimento de dependência pode sobreviver em uma cultura e ser transferido a uma nova geração (ROSEN, 1962). (GALJART, 1976, p. 64).

Como tratado por Ferreira et al. (2009, p. 17).

Além disso, os produtores familiares foram avaliados como indivíduos que não possuem espírito empreendedor, ou seja, são poucos os produtores que se arriscam a participar da organização de uma associação ou cooperativa, enquanto a maioria espera a concretização dos resultados, para posteriormente se tornarem membros.

A participação dentro de um grupo associativo é diferente, nem todos se envolvem com as propostas apresentadas, uma vez que cada pessoa possui sua forma de atuar, entender e agir sobre as mais diversas situações: “os produtores familiares resistem às práticas associativistas e que a organização só faz sentido para eles se houver benefícios imediatos que envolvam retornos financeiros”. (FERREIRA et al., 2009, p. 22).

Na formação das associações rurais, a mobilização do grupo se dá de maneira diferenciada, o que é uma característica das organizações sociais, como Neves (2013) destaca:

O fundamento dessa ação coletiva tem sido a adesão a certa visão de mudança do lugar social que determinados atores devem alcançar na sociedade. Este alcance está condicionado à capacidade de agregação dos agentes voltados à mobilização necessária à mudança da posição em que se encontrem. Por isso,

o princípio de pertencimento, fundamental ao jargão (instituído em crença inquestionável) *unidos venceremos* passa a ser fundamental para o funcionamento das organizações associativas. A legitimidade dos agricultores para realizar tais mudanças se baseia em sua integração à *cultura da associação*. Em consequência, espera-se que os associados se submetam a uma conversão de sentido sociocultural e a ritos de integração e de participação, em momentos chaves da vida associativa. (NEVES, 2013, p.06).

Assim a adesão às políticas públicas apresentadas, que se pautam nas formações associativas como critérios de participação em suas propostas, trata-se de condições compensatórias à racionalidade econômica.

Para os produtores rurais, enfatizado por Da Rocha et al. (2018, p. 02). “Para que um projeto coletivo tenha sucesso, implica o envolvimento dos participantes, por vezes despreendida dos interesses individuais”.

O fato de a agroindústria não ter entrado em funcionamento, desde a sua inauguração, é a prova mais cabal de que os objetivos propostos no Plano de Negócios não teriam sido atingidos.

Por isso mesmo, a apropriação dos resultados do Plano de Negócios:

Com a construção desta agroindústria, será possível a redução das despesas, podendo assim aumentar a margem de lucro dos produtores associados. Por fim, a diretoria da (ABAFA) e seus associados vislumbram (Sic) nesta oportunidade de negócio conseguirem uma forma de agregar maior valor aos produtos de seus associados, tanto pela simples comercialização de produtos com maior valor agregado como com a redução de custos de produção. (SATURI, 2012, p. 37)

E diante da realidade vivenciada pelo produtor rural é complementado por Neves (2013).

Esta proposição de compreensão sociológica permite ressaltar que os grandes problemas colocados para seu funcionamento e reprodução derivam do fato de elas [as associações] existirem diante de movimentos e mobilizações temporárias. E geralmente serem definidas pela instrumentalização dos poderes públicos, pela produção descontínua de ações de utilidade social. Os ideários que motivam a sua recorrente e sucessiva criação, recriação ou fissão, muitas vezes as colocam sob referências antagônicas. Em alguns contextos, dirigentes e associados passam a se debater diante de questões diferenciadas, num território delimitado, sem, contudo, alcançar capacidade de criar ou articular novas referências e alianças. (NEVES, 2013, p. 27).

MATERIAL E MÉTODO

Analisar o “Plano de negócios referente à implantação de uma agroindústria para produtos minimamente processados em Batatais” é de fundamental importância na busca de explicações do porquê um projeto, considerado inovador, que contou com recursos financeiros significativos e considerado de elevado alcance econômico, social e ambiental jamais entrou em funcionamento

Tratou-se de um estudo de caso com o levantamento de documentos oficiais e não oficiais, artigos de revistas acadêmicas e de divulgação, jornais, livros, teses e dissertações a respeito do PDSR II acesso ao mercado. O Plano de Negócio, instrumento elaborado para o acesso ao PDSR, bem como aos recursos, mereceu atenção especial.

Como dados primários foram realizadas entrevistas semiestruturadas, a fim de que fosse possível a obtenção de informações sobre o desenvolvimento da proposta do empreendimento implantado. Para tanto, foi elaborada uma lista de associados com maior envolvimento no processo ao longo do tempo de realização do PDRS microbacias II, como o presidente e vice-presidente da associação ABAFA, um membro associado participante da comissão de compras do projeto da agroindústria; de técnicos das instituições diretamente envolvidas com o assentamento, o CDRS e o ITESP. Esta seleção foi feita baseada em estudo e leitura sobre o desenvolvimento de uma pesquisa com a metodologia de estudo de caso (Gil, 2009), sobre entrevistas. O Autor dá ênfase ao critério sempre teórico, nunca estatístico, não sendo estabelecida uma quantidade de entrevistas, admitindo que esta pode variar conforme o objetivo da pesquisa.

Com referência à seleção dos entrevistados do mesmo Autor, “Não se deve entrevistar ao acaso e qualquer um. Interessa localizar pessoas capazes de proporcionar respostas às questões definidas no protocolo.” (Gil, 2009, p. 66). E, continuando: “É necessário selecionar pessoas que estejam articuladas cultural e sensitivamente com o grupo ou organização” (Gil, 2010, p. 66). Como também aceitar a sugestão do mesmo Autor: “pode ser interessante, em muitas situações, selecionar pessoas que pela quantidade de informações a respeito do grupo ou organização, possam ser consideradas informantes-chaves”. (Gil, 2009, p. 66)

Com isso talvez possa ser justificado porque não foi possível a realização das entrevistas com o vice-presidente da ABAFA, na época do projeto em desenvolvimento e da mesma forma com o técnico do ITESP, que apesar deste último ter sido contatado sobre a pesquisa, nunca apresentou o retorno das perguntas, já que uma das tentativas de participação deste técnico se deu via email.

A maior dificuldade pela não realização de outras entrevistas se deveu pelo fato de que esta fase da pesquisa foi planejada para ser iniciada entre março e abril de 2020. Infelizmente, foi quando fomos surpreendidos pela ocorrência da pandemia da Covid-19. Com isso, as ações foram sendo proteladas, na esperança de se ter melhores condições para realizá-las.

Mesmo assim, foram realizadas entrevistas com dois associados entre os meses de agosto e setembro de 2020. Período em que os contatos com o vice-presidente da ABAFA também

foram feitos, mas sem sucesso. A entrevista era marcada, como de fato que ocorreu mais de uma vez, porém o entrevistado não comparecia, ou não era encontrado no local marcado.

A entrevista com o técnico do CDRS foi realizada no mês de janeiro de 2021, via email. A resposta do técnico do CDRS/Batatais foi pronta e objetiva. O mesmo não aconteceu com relação ao técnico do ITESP, não respondendo aos vários convites para a realização de entrevista.

Situações onde os entrevistados envolvidos preferiram não participar, mas não declararam, apenas alegavam empecilhos, como relatado por Gil (2009, p. 67):

(1) A posição do entrevistado, que, tanto por ser alta ou baixa, pode conduzir a algum tipo de constrangimento; (2) a percepção de que a pesquisa pode provocar efeitos na vida do pesquisado; (3) desconfiança em relação aos propósitos da pesquisa; e (4) sensação da irrelevância ou ilegitimidade do pesquisado para proporcionar informações.

A entrevista com o técnico do ITESP, responsável pelo Assentamento, teria a intenção de obter informações de como foram elaboradas e desenvolvidas as ações para mudar a assistência técnica tradicional, marcadamente individualizada, para ações objetivando a participação dos associados, como recomendava o Banco Mundial, o outro financiador do Plano. A entrevista com o técnico do CDRS responsável pela apresentação e acompanhamento do projeto até sua inauguração, teve a finalidade de obter informações que pudessem apontar possíveis conflitos de interesses ou de apoio de grupos locais em relação ao projeto. Assim como a participação dos assentados durante o desenvolvimento do projeto em suas várias fases acesso e participação nas capacitações oferecidas, participação na elaboração do Plano de Negócios pudesse revelar possíveis restrições que conduziram ao fracasso do projeto.

DISCUSSÃO E RESULTADOS

O Plano de Negócios foi o documento elaborado como exigência para a obtenção de recursos provenientes “PDSR-Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável-Microbacias II-acesso ao mercado”, para a implantação de uma agroindústria para produtos minimamente processados em Batatais”. (SATURI, 2012). O que não garantiu, até a presente data, o desenvolvimento do projeto, em meio a realidade vivenciada pelo grupo de produtores envolvidos. Com várias inconsistências constatadas, principalmente a partir da inauguração do projeto.

Nesse sentido, no lugar de ser incentivada a busca de interesses convergentes para garantir o andamento do empreendimento inaugurado, as divergências e conflitos de interesse se acentuaram. Na verdade, eles já faziam parte do cotidiano dos associados da ABAFA, mas não foram devidamente compreendidos e analisados no Plano de Negócios. Lembrar que a responsabilidade no gerenciamento do empreendimento deveria se concentrar na diretoria da associação.

O Plano de Negócios projetava um mercado consumidor promissor para produtos minimamente processados, o que poderia significar condições propícias para o estabelecimento do trabalho do grupo. Entretanto, o plano não apresenta evidências suficientes para confirmar esse “mercado consumidor promissor”. Vale lembrar que por ocasião da apresentação do programa, em 2012, esse tipo de produto minimamente processado representava uma inovação no mercado, mas foi perdendo sua significância diante de tantas outras empresas que se estabeleceram no ramo nesse meio tempo. Além da preferência declarada por instituições consumidoras, por produtos *in natura*, e não processados. Argumento apresentado pelas instituições que a princípio poderiam representar um bom canal de escoamento produtivo, na possibilidade de participação em licitações públicas para o fornecimento de hortaliças. Instituições como hospitais, prefeituras da região, potenciais consumidoras como estabelecido no plano de negócios, quando consultadas sobre seu interesse por este tipo de produto agrícola, alegaram que por possuírem uma estrutura de mão de obra já estabelecida, ou seja, auxiliares de cozinha, ajudantes, entre outros, não se desvinculariam desses funcionários. A aquisição de vegetais minimamente processados deixaria ociosos muitos colaboradores das equipes de trabalho. Neste caso a característica de um produto já descascado, picado, ou ralado, não expressava a realidade enfaticamente ressaltada no Plano de Negócio encampado pela ABAFA.

O mais desalentador foi não considerar os possíveis riscos ou condições adversas a serem enfrentadas para o funcionamento da agroindústria, como a existência de uma concorrência direta.

O próprio plano reconhecia que os produtores já escoavam sua produção em canais de vendas definidos nas suas modalidades tradicionais: fornecimento de produtos para a merenda escolar, venda direta local e o mais importante: a comercialização dos produtos dos associados e demais assentados por um membro da associação. Nas palavras do técnico do CDRS:

Realizaram vendas para (PNAE) e (PAA). Alguns associados realizavam a venda da sua produção isoladamente no mercado local. Alguns realizavam as vendas para um associado que vendia a produção do que era captado do grupo no (CEASA), porém, pagava o preço local “menor”, este também é um problema... este atravessador é o vice-presidente da (ABAF) que ganha em cima dos outros produtores e tem um certo interesse em não dar certo o negócio da (ABAF) (TÉCNICO, 2021).

O Plano de Negócios é omissivo em abordar a questão da comercialização no que ela tem de fundamental: a presença de atravessador que é ao mesmo tempo membro da diretoria.

Razão mais do que suficiente para avaliar “...À implantação de uma agroindústria para produtos minimamente processados em Batatais”, contida no título desse plano. O que, de qualquer forma, implicaria na necessidade de se aumentar a produção dos associados e demais assentados para garantir o funcionamento da agroindústria, o que seria traduzido em mais trabalho.

Mais uma vez, o estudo realizado para a elaboração do Plano de Negócios não considerou como essencial saber quem eram esses associados da ABABA e demais assentados. Tivesse assim procedido, saberiam que os produtores do assentamento NOSSA TERRA, não contam com mão de obra externa contratada para as lides dos lotes, a não ser a familiar, de modo que um aumento de produção exigiria mais horas trabalhadas. E então, não só para o elaborador do Plano de Negócios, como para todos aqueles que ainda insistem na abundância da mão de obra familiar nessas unidades produtivas, a realidade diria: muitos já se apresentam na condição de beneficiados do INSS, ou seja, aposentados, que não buscam mais desafios dessa natureza para seus dias. Para a condução do empreendimento descrito representaria uma quebra produtiva, diretamente ligada ao planejamento executivo do negócio, mas desconsiderado.

CONCLUSÃO

O Plano de Negócio apresentado pela ABAFA para participação no Microbacias II é uma narrativa que esteve longe de representar a realidade complexa do Assentamento Nossa Terra. Ele é mais um exemplo do resultado de acordos firmados entre instituições financeiras internacionais e entidades públicas brasileiras. É quando, para ter acesso a esses fundos internacionais, os burocratas das agências se curvam às exigências dessas agências financeiras, como é caso do Microbacia II – acesso ao mercado. A participação no citado projeto esteve condicionada a necessária existência de uma associação ou cooperativa previamente constituída no assentamento. Não importava a sua origem,

criada que foi quando da formação do assentamento Nossa Terra. Agora, a exigência era aceitar a agroindústria. Para tanto, mais uma exigência: ter um Plano de Negócios, obtido por meio de contrato firmado com um assessor do SEBRAE. Em assembleia com 22 associados (o Nossa Terra contava com 30 assentados, cada um com posse e uso de 3,5 hectares) o Plano de Negócios foi aprovado.

Um dos “possíveis motivos do insucesso” está na própria ABAFA, pois 4 desses associados não aprovaram a proposta pois não estavam dispostos a assumir os riscos do investimento, bem como arcarem com a contrapartida da Associação, onde cada associado tem sua responsabilidade, conforme registro em ata de Assembleia Geral.

Como não aceitar essa recusa senão como uma advertência de insucesso futuro do plano. E que a imposição da existência previa de uma associação como necessária, não foi suficiente para o desenvolvimento do projeto que, aliás, observou todas as outras exigências da instituição financeira internacional.

Outro motivo do insucesso está ligado as formas de comercialização da produção dos assentados. O CEASA do município de Ribeirão Preto consumia 60% da produção total dos assentados da ABAFA, e estes recebiam o valor do fornecimento de produto *in natura*, tendo gastos também com o atravessador. Atravessador que é membro da ABAFA. Aqui se localiza, muito provavelmente, a principal fonte geradora de conflitos de interesses: de um lado a pretensão do projeto quanto à implantação de uma agroindústria para produtos minimamente processados a serem fornecidos pelos associados e, de outro lado, a comercialização praticada por um atravessador/associado que iria disputar os mesmos produtos dos seus companheiros associados. Atividade exercida por ele desde antes da montagem da agroindústria no assentamento, dispondo de uma banca no CEASA de Ribeirão Preto.

Uma política pública como o Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável Microbacias II- acesso ao mercado, ao estabelecer como condição prévia e necessária a existência de uma associação ou cooperativa previamente constituída, trouxe à tona inúmeras fragilidades já existentes em um grupo de fato já constituído, mas com limitações significativas, capazes de comprometer, como comprometeu até hoje a operação da agroindústria.

A decisão pela adesão aos projetos propostos vincula-se muito mais ao interesse em não ser perdida a oportunidade da obtenção de benefícios. Decisão bastante relacionada

àquela de ser integrante de uma organização social, ou seja, o vínculo conveniente e apropriado para a possibilidade de se garantir o proveito do bem ou benefício oferecido. Aliás, como ocorreu em relação à criação da própria ABAFA.

Esta associação foi criada por aconselhamento e determinação de pessoas que orientaram os assentados de que com a existência de uma associação estes receberiam mais suporte, benefícios e acesso às condições que poderiam ser favoráveis ao grupo. Foi o que aconteceu tão logo se beneficiaram da ocupação dos lotes, e com a associação rural sendo mantida até o presente. Mas durante sua existência não se desenvolveram vínculos concretos, não se observou união, construção coletiva ou parâmetros que os definissem como um grupo de trabalho.

No caso estudado os assentados tinham um sonho, que foi concretizado com a posse do lote. São trabalhadores que durante muito tempo de suas vidas se dedicaram ao trabalho no campo, e ainda o realizam. Porém de maneira diferente, já que entre os 16 associados 44 % encontram-se na condição de aposentados, buscando outros referenciais de vida, além do trabalho. Como dito por um dos entrevistados: “O sonho era ter o ‘pedacinho de terra’”. Atualmente desfrutam de “seu” lote, e ainda possuem uma renda proveniente do INSS, o que para eles já representam muita conquista ao longo de uma história de vida.

REFERÊNCIAS

BRUNELLI JÚNIOR, J.; VIGANÓ, V. A.; BAPTISTELLA, C. A.; NELI, V. L. P.; NOGUEIRA, A. M. A Sistemática de execução de Planos de Negócios de Organizações de Produtores Rurais financiados pelo Projeto Microbacias II: Como garantir agilidade, adequação e qualidade no uso de recursos – X Congresso CONSAD de Gestão Pública, 2017, Brasília, **Anais** [...]. Brasília, 2017.

BRUNELLI JÚNIOR, João. Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável Microbacias II – Acesso ao Mercado. **Casa da Agricultura**, Ano 16, v.2, 2013. Disponível em : https://www.cdrs.sp.gov.br/revistacasadaagricultura/14/RevistaCA_MicrobaciasII_Ano_16_n2.pdf. Acesso em: 18 de abr. de 2021.

BRUNELLI JÚNIOR, João. Microbacias acesso ao mercado: a transformação da agricultura paulista. **Casa da Agricultura**, Ano 21, v.3, 2018. Disponível em : https://www.cdrs.sp.gov.br/revistacasadaagricultura/33/RevistaCasadaAgricultura_Janeiro_2019.pdf. Acesso em: 18 de abr. de 2021.

COORDENADORIA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA INTEGRAL (CATI). **Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável - MICROBACIAS II - Acesso ao Mercado.**

Disponível em: <http://www.cdrs.sp.gov.br/microbacias2/resultados-iniciativas-negocio>. Acesso em: 13 de jan. de 2020.

DA ROCHA, P. M. R.; DOLABENETA, C.; FAVERO, E.; ROJO, C. A. O Associativismo Rural para a agricultura familiar: oportunidade de renda para pequenos produtores da comunidade de Santa Luzia/Jesuítas (PR). **Revista de Extensão e Estudos Rurais**, v. 7, n. 1, p. 07-28, 2018.

FERREIRA, P. A.; PEREIRA, J. R.; ALENCAR, E.; SANTANA, A. C. Estado e agricultores familiares: uma análise interpretativa sobre o desenvolvimento rural no Sul de Minas Gerais. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 47, n. 3, p. 769-792, 2009.

GALJART, Benno Franciscus. Itaguaí: old habits and new practices in a Brazilian land settlement, Wageningen, Pudoc, 1986.

GALJART, B. Difusão cultural, modernização e desenvolvimento, In SMRECÁNIY, T.; QUEDA, O., (Orgs). São Paulo: Editora Nacional, 2ª ed., 1976.

GAMEIRO, M.B.P. Discursos e sentidos do desenvolvimento rural sustentável numa política financiada pelo Banco Mundial. **Ruras**, [S.l.], p. 1-12, 2014.

GIL, A.C. **Estudo de Caso**. São Paulo: Atlas, 2009.

GUADAGNI, Maurizio. O PODER DO TRABALHO COLETIVO da produção aos mercados. **Casa da Agricultura**, Ano 21, v.3, 2018. Disponível em: https://www.cdrs.sp.gov.br/revistacasadaagricultura/33/RevistaCasadaAgricultura_Janeiro_2019.pdf. Acesso em: 18 de abr. de 2021.

HESPAÑHOL, A.N. O programa de Microbacias Hidrográficas e a questão do desenvolvimento de territórios rurais no Estado de São Paulo – Brasil. In: **Anais da jornada de estudos agrários y agroindustriales, Facultad de Ciencias Económicas, UBA, Buenos Aires, 2005**.

HESPAÑHOL, A.N. **Políticas Públicas & Desenvolvimento Rural Sustentável no Brasil**: os mercados institucionais de alimentos e os programas de microbacias- Curitiba: Editora CRV, 244p. 2016.

LAZZAROTTO, J. J. Associativismo Rural e a sua Viabilização: estudo de caso comparativo de duas associações de produtores rurais do município de Pato Branco (PR). In: **Anais... XXXI Encontro da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração – ENANPAD. Salvador. 2002**.

MORAES, M. C. A organização rural na perspectiva do Projeto Microbacias II, **Casa da Agricultura**, Ano 16, v.2, 2013. Disponível em: https://www.cdrs.sp.gov.br/revistacasadaagricultura/14/RevistaCA_MicrobaciasII_Ano16_n2.pdf. Acesso em: 18 de abr. de 2021.

NEVES, D. P. Associativismo e personalismo dos mediadores formais: dilemas da organização política de assentados rurais pela intervenção estatal. **Retratos de Assentamentos**, v. 16, n. 1, p. 15-42, 2013.

NEVES NETO, C. D. C.; HESPANHOL, A. N. A atuação do estado brasileiro no processo de modernização agrícola e a incorporação do conceito de microbacias hidrográficas nas políticas públicas. **Caderno Prudentino de Geografia**, v. 31, n. 1, p. 94-109, 2009.

NEVES NETO, C. C. Políticas Públicas & Desenvolvimento Rural: o Programa de Microbacias I e II no Estado de São Paulo. Tese – Faculdade de Ciências e Tecnologia, FCT/UNESP, Presidente Prudente, 312 f, 2013. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/105080>. Acesso em: 31 de mai. de 2020.

ROSA, C. Z. P. **Por que os Planos de Negócio Falham?** Uma Análise Exploratória dos Fatores Críticos. São Paulo: FGV-EAESP, p.117, 2004.

SÃO PAULO (ESTADO). Decreto nº 56.449, de 29 de novembro de 2010. **Institui o Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável-Microbacias II**, São Paulo, nov 2010. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/2011/lei-14591-29.11.2010.html>. Acesso em: 2 jul. 2019.

SÃO PAULO (ESTADO). Secretaria de Agricultura e Abastecimento e Secretaria do Meio Ambiente. Coordenadoria de Assistência Técnica Integral e Coordenadoria da Biodiversidade e Recursos Naturais. **Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável. MICROBACIAS II – Acesso ao mercado. Manual Operacional**, São Paulo, 2010a.

SÃO PAULO (ESTADO). Secretaria de Agricultura e Abastecimento e Secretaria do Meio Ambiente. Coordenadoria de Assistência Técnica Integral e Coordenadoria da Biodiversidade e Recursos Naturais. **Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável. MICROBACIAS II – Acesso ao mercado. Manual Operacional**, São Paulo, 2012.

SATURI, M. M. Plano de Negócio Referente à Implantação de Agroindústria para produtos minimamente processados em Batatais, Batatais, 2012. Elaborado para a Associação ABAFA. In: Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável Microbacias II – Acesso ao Mercado.

SCOPINHO, R. A. Sobre cooperação e cooperativas em assentamentos rurais. **Psicologia & Sociedade**, v. 19, n. 1, p. 84-94, 2007.

WAGNER, D., GEHLEN, I. A Inserção da Agricultura Familiar no mercado institucional: entre o direito e o acesso ao recurso da política pública. **Tempo da Ciência**, [S.l.], p. 43-54, ago. 2015. ISSN 1981-4798. Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/tempodaciencia/article/view/12639>. Acesso em: 29 mar. 2020.